

FÉ E FESTIVIDADES NAS IRMANDADES NEGRAS NO INTERIOR DO BRASIL: (RE) AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA AFRODIASPÓRICA



Rosinalda Côrrea da Silva Simoni**, Noeci Carvalho Messias***

Resumo: o presente artigo apresenta parte dos resultados das pesquisas realizadas pelas autoras durante seus respectivos doutorados em História e em Ciências da Religião. Ambas buscavam compreender a complexidade das irmandades negras, a riqueza de seus rituais festivos, dentre eles a congada. As pesquisas, mesmo tendo sido desenvolvidas em contextos e períodos diferentes, refletiam sobre o papel desta manifestação religiosa enquanto norteadora social e resistência étnica cultural, e tinham como problemática a pouca visibilidade dos rituais afro católicos dentro das academias. Para tanto, as autoras buscaram, nas referências bibliográficas e na memória coletiva vivenciada por grupos específicos, coletadas durante as pesquisas, a possibilidade de compreender a relação tênue entre religiosidades popular, história e memória coletiva. Neste artigo, reflete-se sobre o entrelaçamento do contexto histórico do nascimento e perpetuação das irmandades negras e seus festejos buscando apontar sua importância para seus praticantes, como uma manifestação de fé e de (re)afirmação identitária afrodiaspórica.

Palavras chave: Irmandades negras. Religiosidades. Memória. Tradição; (Re) afirmação identitária.

FAITH AND FESTIVITIES IN THE BLACK BROTHERS IN THE INTERIOR
OF BRAZIL: AFRO DIASPORIC IDENTITY (RE)AFFIRMATION

Abstract: this article presents part of the results of the research conducted by the authors during their respective doctorates in History and Religious Sciences. Both sought

* Recebido em: 03.05.2019. Aprovado em: 19.09.2019.

** Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás (UnU) - Goiás, Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural com área de concentração em Arqueologia pela Universidade Católica de Goiás e doutorado em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás, 2017). Atualmente é professora convidada de História e Estudos Culturais na PUC Goiás. *E-mail:* rosinegra@gmail.com

*** Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (2010). Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural (Área de concentração em Antropologia) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2004). Especialização em Cultura Afro-Brasileira. Graduação em História (Licenciatura) e em Serviço Social (Bacharelado). *E-mail:* noeci@uft.edu.br



to understand the complexity of the black brotherhoods, the richness of their festive rituals, among them the congada. Even though the researches was conducted in different contexts and periods, they reflected on the role of this religious manifestation as a social guide and cultural ethnic resistance, and they had as a problem the poor visibility of Afro-Catholic rituals within the academies. To this end, the authors searched the bibliographical references and the collective memory lived by specific groups, collected during the research; the possibility of understanding the tenuous relationship between popular religiosity, history and collective memory. This article reflects the interweaving of the historical context of the birth and perpetuation of black brotherhoods and their celebrations seeking to point out their importance to their practitioners as a manifestation of faith and afro-diasporic identity (re) affirmation.

Keywords: Black brotherhoods. Religiosities. Memory. Tradition. Identity (re) affirmation.

Os estudos sobre as irmandades, confrarias e ordens terceiras vem se consolidando no campo historiográfico. Sobretudo, a partir da segunda metade do século passado, e tem avançado na inclusão de novos problemas, novos recortes temporais e novas perspectivas de análise, dentre elas o recorte cultural e identitário, que perpassa pela compreensão do sistema simbólico que compunha essas irmandades e confrarias. Esses estudos apontam para uma lacuna ainda existente nas academias no que tange às religiosidades populares, de forma especial as que carregam traços de africanidades.

Assim, o recorte abordado nesse artigo nasce da “junção” de duas teses de doutorado, “Religiosidade e devoção: as festas do Divino e do Rosário no Monte do Carmo e em Natividade, Tocantins”, defendida na Universidade Federal de Goiás em 2010, e “A Congada da Vila João Vaz em Goiânia (GO): memória e tradição”, defendida na Pontifícia Universidade Católica de Goiás em 2017, que buscaram compreender o papel das irmandades negras como elemento norteador das Congadas em Goiás e Tocantins, dialogando com as narrativas coletadas e as referências bibliográficas sobre o tema. A metodologia qualitativa, focou em entrevistas a participantes e diálogos abertos com os grupos religiosos. As teses citadas convergem na proposta de levar para a academia um amplo e estruturado conhecimento sobre a complexidade e riqueza dessas irmandades negras e seus desdobramentos enquanto festejos religiosos, a exemplo das congadas, folias e folguedos.

IRMANDADES E CONFRARIAS: CONCEITOS E CONTEXTO HISTÓRICO

O conceito de irmandade pode ser entendido como uma associação, grupo ou confraria que se baseia em doutrinas ou preceitos religiosos (SIMONI, 2017). Os termos irmandade, confraria e ordem terceira denotam situações semelhantes, posto que consistiam em associações compostas por leigos, que visavam promover o culto a um santo devoto. Borges (2005) salienta que, além das atividades religiosas que primavam na organização de procissões, festas, coroação de reis e rainhas, essas instituições arcavam com obras assistenciais em benefício de seus membros, tais como ajuda aos necessitados, assistência na doença e na morte, visita aos prisioneiros, concessão de dotes, proteção contra os maus-tratos de seus senhores e no caso dos homens e mulheres escravizados ajuda para a obtenção da carta de alforria; configurando-se em redutos afro-cristãos.

Por irmandade se entende, portanto, uma associação religiosa mantida por fieis leigos e que tinha como função, além das atividades religiosas, como procissões e enterros, de ser local de reuniões e assembleias, assim como responder às necessidades sociais ignoradas pelo estado. Comumente, as irmandades são divididas em brancas e negras (SOARES, 2000, *apud* SIMONI, 2017, p. 61).

No Brasil essas irmandades, confrarias e ordens terceiras mantiveram sempre um caráter marcadamente religioso e devocional, ainda assim em se tratando das irmandades negras as mesmas exerceram papel fundamental no processo de resistência à dominação sócio cultural entre colonizadores e colonizados; constituem, portanto, um dos campos de pesquisa de significativa relevância para a compreensão do contexto histórico cultural do período colonial.



Borges (2005) nos séculos XVIII e XIX, indica que as irmandades congregavam pessoas de determinados segmentos sociais, conforme a profissão, situação econômica, cor, ou mesmo a condição social (escravo, forro ou livre). Estas associações coexistiam no único lugar possível, do ponto de vista legal, para as reuniões e organização de festas. Era também o espaço no qual homens e mulheres, originários do continente africano, e também cativos nascidos em território brasileiro, se encontravam. Borges (2005) afirma que a festa era um acontecimento em que o irmão sentia inverter-se simbolicamente a sua condição de escravo, forro e oprimido e entrar em um novo tempo, de encontro e de aconchego; momento em que o grupo de irmãos se tornava forte pela convivência ritual; beber, comer e festejar juntos significava uma força simbólica intensa, visto que recriava e reforçava a troca da afetividade, da amizade e da solidariedade. A autora argumenta que as irmandades se inspiravam nas festas da tradição católica europeia e comemoravam anualmente festas ao seu orago¹.

As irmandades no domínio da devoção religiosa, cuidavam de determinados aspectos da manutenção do culto religioso² e do desenvolvimento das práticas religiosas e foi neste contexto que as festas surgiram como importante elemento de devoção.

Observa-se que uma das principais atividades das irmandades era a promoção da vida lúdica, ou o estabelecimento do estado de lazer e prazer de seus membros e da comunidade negra em geral. Assim, as irmandades organizavam festas em homenagem aos santos padroeiros, ou de devoção; tais festividades representavam o momento máximo das sociabilidades dessas associações, tornando a vida mais interessante. De acordo com Souza (2002), as irmandades leigas, organizadas em torno do culto a um santo padroeiro, existiram em toda a América espanhola e portuguesa; entretanto, nesta última ganharam maior importância, disseminando até nas mais longínquas localidades do Brasil, tornando-se o principal instrumento de propagação do catolicismo na área de mineração.

O estudo da historiadora Scarano (1978) mostra que a Irmandade do Rosário do Distrito Diamantino, em Minas Gerais, desempenhou uma importante função de integração dos homens e mulheres de cor na sociedade diamantina. A autora (1978) destaca que a “despersonalização” do negro pelo sistema escravocrata, ao colocá-lo à margem da sua rede de relações sociais, é compensada com os laços de solidariedade criados no interior das irmandades. Scarano (1978) assinala que, partindo de modelos portugueses, as irmandades procuraram adaptar-se às circunstâncias locais, sem perder as características assistenciais e devocionais de suas origens.

Boschi (1986) assevera que as irmandades representaram uma “força auxiliar, complementar e substituta da Igreja”, sendo responsáveis pela contratação de religiosos e pela construção dos templos mineiros no século XVIII. O autor destaca que as irmandades assumiram inúmeras tarefas que eram de responsabilidade do poder público, evidenciando a integração entre o Estado, a Igreja e as irmandades. Boschi (1986) assinala que as irmandades tiveram relevante função social, agrupando as pessoas conforme a cor da pele e o lugar na hierarquia social; sendo as únicas instituições nas quais os homens e as mulheres negras puderam se manifestar com relativa liberdade e autonomia.

Aguiar (1999) salienta que as festas assumiram significativa importância nas irmandades negras, estando intrinsecamente associadas à perspectiva de sobrevivência econômica, além de favorecer distinção na vida associativa colonial. O autor aponta que, no processo da diáspora africana, as irmandades ofereceram as estruturas de sociabilidades mais perenes para as populações negras, no Brasil.

Reis (1991) destaca o significativo papel das irmandades nos rituais fúnebres na Bahia. Os estudos deste autor mostram que as irmandades funcionaram como meio de afirmação cultural, de construção de identidades e alteridades, construídas e reconstruídas no processo de transição para o Brasil. Para este autor, as irmandades constituíam espaços onde os negros podiam exercer práticas sociais e religiosas marcadamente africanas, distante dos focos dos olhares vigilantes dos senhores escravagistas.

Na obra *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*, Mary Karasch (2000) mostra que, havendo poucos padres no Brasil colonial, boa parte da sustentação da Igreja ficara a cargo das irmandades, que organizavam homens e mulheres. A autora salienta que estas associações eram as instituições socioreligiosas mais relevantes do início do século XIX, na sociedade carioca. Moraes (2006, p. 148), em sua tese de doutorado *Do corpo místico de Cristo: irmandades e confrarias na capitania de Goiás – 1736-1808* mostra que “a religiosidade foi o fator mais intenso e profundo para o enraizamento social entre os habitantes dos *Guayazes*”.



Lousada (1999, p. 555) assinala que as confrarias e irmandades propiciavam relevantes “fracções da sociedade, e em particular às camadas intermédias e populares, o desenvolvimento de formas de convivência, tanto com fins lúdicos como para a discussão de problemas que lhes diziam respeito”.

Além de se caracterizarem pela realização de várias festas, Borges (2005) assinala que as irmandades eram núcleos formadores de redes de solidariedade e trocas culturais, mas também, de tensões negociadas nas diversas situações. Os negros fundaram muitas irmandades em devoção aos seus santos protetores: Nossa Senhora do Rosário, São Expedito, São Benedito, Nossa Senhora das Mercês, Santa Efigênia, São Elesbão (MESSIAS, 2010).

A Irmandade de Senhora do Rosário dos Pretos, associação que congregava negros de vários extratos sociais, como o forro e o escravo estendeu-se por várias regiões do país. Tal irmandade foi de fundamental importância para integração e para a (re) afirmação identitária cultural do homem e da mulher de cor na sociedade brasileira (MESSIAS, 2010).

IRMANDADES DE NEGRAS: ESPAÇO DE (RE) AFIRMAÇÃO CULTURAL

As irmandades negras constituíram-se no período escravagista, tendo sido mantidas por escravos e libertos. Tinham como característica, além da manutenção religiosa, a realização de ajuda mútua de empréstimos e adiantamento para as alforrias de escravizados. Essas irmandades tinham a particularidade de escolher os seus “reis e rainhas Congos” durante as festas em homenagem a seus santos de devoção (SIMONI, 2019).

Dentre as irmandades negras, as que mais se destacaram no Brasil foram aquelas em devoção a Santa Efigênia, Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, São Elesbão, São Bento. Em si tratando da “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos alguns pesquisadores apontam que a mesma tenha surgido em Portugal fundada pelos dominicanos a partir de uma transformação gradativa do culto rosariano, nascendo assim das irmandades de brancos que já tinham a “mesma invocação”. A palavra Rosário quer dizer um buquê de rosas que se oferece a Nossa Senhora. Cada Ave Maria é uma rosa oferecida a Mãe com carinho e esperança. Assim, quando o Santo Rosário é rezado completamente, é oferecido um buquê de cinquenta rosas a Nossa Senhora. O grande propagador da devoção ao Rosário foi São Domingos de Gusmão, fundador da Ordem dos Dominicanos, no início do século XIII. A Igreja lhe conferiu o título de Apóstolo do Santo Rosário. João Paulo II dedicou o seu Pontificado a Maria Santíssima. Ele declarou, no primeiro dia de seu pontificado: “Totus tuus Mariae” (Tudo é de Maria). A devoção a Nossa Senhora do Rosário foi amplamente difundida e divulgada. Ele acrescentou mais um conjunto de Mistérios ao Rosário, os Mistérios Luminosos, em uma Encíclica que escreveu sobre o Santo Rosário (VASCONCELOS, 1996 apud SIMONI, 2017). Os dados arrolados por Borges (2005) apontam que na América as irmandades do Rosário chegaram à Venezuela, Argentina, Peru e Uruguai.

Não há registro sobre o ano de criação da devoção a Nossa Senhora do Rosário no Brasil, mas somente que foi trazida por missionários jesuítas. Ainda assim, em 1639, já constituíam a confraria de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos homens Pretos, formada por pretos (SOARES, 2000). Dessas devoções surgiram as irmandades, a exemplo da irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos homens pretos. No entanto, por causa de perseguições da Igreja, só em 1669, trinta anos depois, seu estatuto foi reconhecido. A irmandade nasceu dentro da Igreja de São Sebastião e esteve ligada a ela por muito tempo (SOARES, 2000).

Os estatutos, também conhecidos como “Compromisso”, deveria ser confirmado pelas autoridades eclesiásticas e pelos monarcas. Este documento estabelecia os objetivos da organização e a dinâmica de funcionamento, assim como os direitos adquiridos de seus membros ao se tornarem membros dessas associações (MESSIAS, 2010). Os estatutos de todas as associações tinham um modelo padrão que estabelecia, entre outras coisas, a data de eleição da Mesa diretora, a função dos membros na hierarquia da organização, as normas a serem obedecidas, os dias e as festas dedicadas aos santos devotos e as obrigações dos irmãos para com os membros da fraternidade.

As irmandades dedicadas à Senhora do Rosário dos Pretos, eram geralmente compostas por irmãos negros, mulatos e pobres. No interior das irmandades homens e mulheres encontravam assistência material e espiritual, assim como dispunham de um espaço de socialização para troca de



experiências e reforço da sua identidade cultural. Dessa maneira, homens e mulheres escravizados mantinham vivas as suas tradições africanas, embora adaptadas à religião cristã (BORGES, 2005).

Entrar para a irmandade teria sido o sonho de muitos negros, juntarem-se para cantar e dançar era uma das poucas formas de reconstruir sociabilidades; gestos e vozes, expressão limitada de uma precária liberdade. Por meio da linguagem corporal estabelecia-se a comunicação entre os irmãos. Nos dias de festividades legalmente constituídas, as vestimentas eram outras, a comida era abundante; para além disso, era possível à mulher e ao homem negro participar do ritual que recriava em terras brasis a majestade de suas culturas, partilhar dessa experiência religiosa era a possibilidade de dar sentido à vida (BORGES, 2005). Ressalta-se que a maioria das devoções católicas dos negros está relacionada pela cor da pele, sendo o principal aspecto de identificação dos homens e mulheres africanos e afrodescendentes que, geograficamente, têm o continente africano como Pátria-Mãe, com exceção de Nossa Senhora do Rosário, que é branca. Contudo, ela foi adotada como mãe dos negros, associada à Nossa Senhora dos Navegantes, por ter tido sua primeira imagem encontrada no rio por pescadores. A associação de Nossa Senhora do Rosário aos negros surgiu do seu sincretismo com a Orixá Oxúm, senhora dos rios e mãe piedosa, e essa associação é demonstrada em cânticos e orações dedicadas a essa santa (SIMONI, 2017).

Assim, além da manutenção religiosa, as irmandades, por meio do recolhimento de fundos e receitas, exerciam o papel sócio religioso que possibilitavam que mulheres e homens negros recorressem, visando financiamento para a realização das festas que possibilitavam compartilhar experiências de sociabilidades e de afirmação identitária. Scarano (1978) menciona que as pessoas encarregadas pela organização das festas percorriam vila e arraiais, a fim de pedir doações para a realização das mesmas. Souza (2002) atesta que as coletas de donativos por membros das irmandades, era cena comum nas ruas das cidades coloniais, quando muitas vezes danças e tambores africanos entrecruzavam com as folias de origem ibérica, que também percorriam as ruas ao som de música e carregando estandartes, recolhendo doações para as cerimônias festivas dos santos padroeiros.

Aguiar (2001) menciona que, via de regra, as irmandades empregavam entre vinte e quarenta por cento de seus rendimentos nas festividades, podendo o valor crescer ou decrescer em razão dos compromissos de reformas e construção dos templos, uma vez que os empreendimentos eram de significativa relevância para estas associações. O autor atesta ainda que, prevendo deslocamentos das despesas das festividades para reparos do templo, manutenção do altar ou “despesas precisas”, os Compromissos solenizavam a ausência da festa com missa rezada e reunião de irmãos, registrando termo de explicação do ocorrido.

Borges (2005) afirma que, em terras mineiras, foram várias as formas encontradas para suprir o seu custeio, construir Igrejas e formar um patrimônio. A arrecadação de recursos se processava de variadas formas, tais como “joias” pagas pelos irmãos no ato da entrada e anuidades, doações coletadas à porta de suas Igrejas e no arraial, donativos e arrecadação de fundos nas festas, acompanhamento de féretro³, doações deixadas em testamentos e aluguel de imóveis. A prática de recolher doações esteve presente em todas as irmandades, favorecendo um elevado percentual de receitas para custear suas despesas. Relatos deixados por Debret (1940), na primeira metade do século XIX, no Rio de Janeiro, aponta uma forma de coleta de doações na época das festas da irmandade:

Logo cedo, ao tiro de canhão, os pedintes saíam das confrarias atrás dos devotos, que se dirigiam à primeira missa, sem descartar outros como marinheiros, não menos religiosos [...], e vendedores instalados nos portos de desembarque dispostos a sacrificar alguns vinténs na esperança de um dia feliz (DEBRET, 1940, p. 141).

Borges (2005) argumenta que essa prática fazia das festas o catalisador de um grande volume de recursos. Segundo a autora, a grande fonte de receitas para a Irmandade do Rosário provinha da organização de festas. Antes da semana da festa, os irmãos costumavam arrecadar prendas nas vilas. Algumas irmandades organizavam, ainda, festejos para angariar fundos, a fim de patrocinar o grande ritual. Esse fato ocorreu em São João Del Rei, onde os irmãos de cada “nação” faziam a sua coleta por meio de folguedos em dias diferentes da semana. Segundo Borges (2005), nas irmandades de homens



negros, havia os reis e as rainhas, além de juízes e juízas, escrivão, tesoureiro e procuradores. Em algumas, o poder dos reis e das rainhas estava acima dos seus confrades. No dia da festa, depois de entronizados com suas insígnias, os reis desfilavam com seu séquito em uma demonstração simbólica de poder; o ritual decorria em lugar especialmente preparado para o efeito e cercado de pompa, recebendo o rei e a rainha os seus distintivos: a coroa, o manto e o cetro; a rainha com suas mucamas e mulheres instrumentistas; a festa tinha, em uma palavra, a função de espelhar a realeza, os “Reis do Congo”, enquanto representantes da organização fraternal.

É preciso destacar que a devoção dos negros foi aceita puramente como medida compensatória à condição de escravizados, afirmação clara na transcrição de Antonil (1966, *apud* SOUZA, 2002):

Negar-lhes totalmente os seus folguedos, que são o único alívio do seu cativeiro, é querê-los desconsolados e melancólicos, de pouca vida e saúde. Portanto, não lhes estranhem os senhores o criarem seus reis, cantar e bailar por algumas horas honestamente, em alguns dias do ano, e o alegrarem-se inocentemente à tarde depois de terem feito pela manhã suas festas de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito e do orago da capela do engenho (ANTONIL, *apud* SOUZA, 2002).

Essa devoção, vista algumas vezes como alívio e outras como revolta ao sistema vigente, é vivida hoje como forma de homenagem aos antepassados. Atualmente irmandades como as de Nossa Senhora do Rosario, São Benedito, São Elesbão e Santa Efigênia estão em todo Brasil e, em sua maioria, conservam o estatuto e as insígnias de sua fundação como forma de reverenciar aos santos e os devotos que as fundaram. Nos seus festejos, ritmos, danças e cânticos remontam não apenas ao período escravocrata, mas à sua terra de origem, o continente africano (SIMONI, 2017). Pertencer a uma irmandade de pretos era para os negros escravizados a fomentação dos cerimoniais de congada que hoje são vistos por pesquisadores como redutos de fusionismo afrocristão (SOUZA, 2012). Nesses cerimoniais os negros atualizavam crenças africanas por intermédio de uma codificação cristã que continuam fazendo para tirar da marginalidade social essa manifestação de fé e cultura afro.

Nos bastidores das irmandades, sob a barroca expressão católica, essas pessoas encontravam um espaço alternativo para a perpetuação de valores, disposições emocionais, orientações existenciais, concepções sobre a pessoa, formas de expressão, gestualidade etc., próprias das culturas africanas, aspectos esses que se imbricavam indissociavelmente à sua religiosidade. Desse modo, com muita frequência, as irmandades encobriram práticas que não se ajustavam aos cânones e regras da teologia católica: os calundus, os congados, dentre outros (PARÉS, 2007, *apud* SIMONI, 2017, p. 53).

Era durante os festejos que os negros introduziam parte de suas práticas religiosas. Algumas manifestações afro-religiosas surgiram e se consolidaram resguardadas pelas condecorações (a exemplo dos brasões) e fé cristã imposta pelos dominadores, em um misto de catolicismo popular e cultos africanos, surgindo assim o afro catolicismo (SIMONI, 2018).

REIS E RAINHAS DO CONGO E AS IRMANDADES NO SERTÃO DE GOYASES

O sincretismo religioso no Brasil apresenta-se como elemento primordial para se compreender a construção cultural identitária dos afrodescendentes, bem como algumas manifestações culturais e religiosas vivenciadas por eles, como por exemplo, as congadas, congos, marujadas, carvalhadas, folias e tantos outros folguedos de rua que tiveram origem dentro das confrarias e irmandades negras; essas festas foram trazidas por escravizados e religiosos para os lugares mais longínquos do país dentre eles a Capitania do Goyases naquele período pertencente a São Paulo (SIMONI, 2017):

As confrarias que surgiram entre nós fazem sempre questão de dar ênfase à finalidade espiritual, acima de tudo o bem das almas e o culto ao Divino. “[...] o principal objeto de sua criação é o ardente zelo ao culto”, dizem os pretos do Rosário do Rio do Peixe em seu Compromisso (SCARANO, 1978, *apud* MESSIAS, 2010, p. 234).



As confrarias e a prática da reza do rosário/terço, adquiriram, no interior do Brasil, características específicas de acordo com a região. Por isto para compreender as especificidades da região proposta neste artigo a então capitania dos Goyazes, hoje estado de Goiás, precisaremos discorrer também sobre o processo de ocupação dessa região com ênfase nos principais grupos escravizados trazidos para cá entre os séculos XVIII e XIX, período do surgimento e auge das irmandades negras em Goiás. Ressaltamos que as irmandades negras dessa região carregam, nas suas práticas devocionais, características específicas desses grupos o que faz dos mesmos elementos específicos para compreensão dos rituais e da organização (MESSIAS, 2010 *apud* SIMONI, 2017).

Goiás foi fundada por volta de 1726, na década em que o ouro foi descoberto no Rio Vermelho, e logo se tornou o centro político de uma região que se estendia por um arco que incluía Carmo ao Norte, hoje localizada no estado de Tocantins, Santa Cruz ao Sul e Vila Boa a Oeste. Para compor a força de trabalho, durante o século XVIII, foram introduzidos africanos de diversas proveniências.

Analisando os batismos de adultos entre 1794 e 1827, Karash (2000, *apud*, SIMONI, 2017) descreveu três grandes grupos: do Oeste Africano (Mina, Nagô⁴ e Buça), da África Central (Angola, Rebolo ou Libolo, Benguela, Cabinda, Congo, Manjolo ou Munjolo, Moucumba) e do Leste da África (Moçambiques). Partindo destas informações, apresentamos a composição da comunidade africana dentro das irmandades dos negros na Capitania dos Goyazes daquele período; enfatizando suas etnias. Esses dados partem da revisão de membros (irmãos) feita por Karash (2000, *apud* SIMONI, 2017) nos anos citados anteriormente; assim nesse período a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, era composta por doze africanos, sendo nove angolanos, dois minas e um conguinto⁵. A maioria dos membros é listada com nome e sobrenome, evidenciando sua condição social, escravos, livres ou forros. Aparentemente as identidades étnicas se misturam, visto que há registro de Congo e Angola, Mina, Nagô na mesma Irmandade.

Um registro documental (ata de reunião) apresenta essa mistura em Cocal, na Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, mas com a ressalva que havia alternância de comando entre africanos e crioulos. Essa mistura também é perceptível nos registros da irmandade do Rosário e São Benedito, no Rio de Janeiro, região de onde vieram muitos escravizados para a capitania dos Goyazes (MIRANDA, 2011 *apud* SIMONI, 2017). Durante o mês dos santos negros de devoção aconteciam os festejos, os mesmos eram marcados por rituais de coroação de rei e rainha negros, seguida de cortejos, danças e cantos que remontavam aos cortejos e às danças africanas da região de Angola Congo. Sobre essa festa, na Capitania dos Goyazes, o naturalista Jonh Emanuel Pohl (1819), em viagem pela capitania, enfatiza, a importância simbólica do culto a esses padroeiros na distinção de um grupo de negros, no sertão dos Goiazes:

Outra festa, com que se alegram o ano inteiro, celebram os negros livres e escravizados em homenagem a uma santa negra africana de nome Ifigênia. Nessa ocasião fazem tudo que podem para abrilhantarem a festa e superarem os brancos em suas iniciativas semelhantes. Foi celebrada em 24 de junho. De acordo com o uso, duas semanas antes compareceram perante o vigário os delegados dos negros solicitando a licença para a realização da festa. Foi-lhes concedida. Na tarde do mesmo dia, vários negros, vestidos de uniformes portugueses, a cavalo (ornados os animais de campainhas e fitas), primeiramente galoparam um pouco pelas ruas e depois dirigiram-se à igreja. Lá receberam uma bandeira com a imagem de sua Santa e içaram-na num alto mastro diante da porta da igreja como sinal da celebração da festa. Tudo aconteceu sob incessantes disparos de morteiros e mosquetas. Depois cavalgaram em redor da igreja e, em seguida, marchou o cortejo para a igreja paroquial, em cuja praça aberta foram feitas evoluções de grande destreza. E, de casa em casa, desejavam votos de felizes festas. Sob o contínuo rufar dos tambores, disparos de espingardas e o ressoar de vários instrumentos nativos do Congo, além de outros sons, seguem os participantes para a casa do imperador (nesta festa também se elege um), onde um negro grita continuamente 'Bambi' e o coro em uníssono responde 'Domina', o que significa: o rei tudo governa. A horrível gritaria, que chegava até nós, não nos deixou pregar os olhos durante toda a noite (POHL, 1819 *apud* SIMONI, 2017, p. 76).

Por essa descrição feita pelo autor é possível perceber o estranhamento que a festa causava em algumas pessoas pelo misto de seus símbolos e significados. Oliveira (2006, *apud* SIMONI, 2017)



acrescenta ainda que a folia dos irmãos de Santo Elesbão e Santa Efigênia previa também a criação de um estado em que eram eleitos Imperador, Imperatriz, Príncipe e Princesa, e que essa eleição era feita entre os membros da irmandade. A corte participava do cortejo nas ocasiões festivas para maior prestígio e aplauso dos santos, essa escolha era feita também nas irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Ao analisar esse estado de folia, compreendida aqui como estado festivo de euforia, Soares (2000) afirma que a eleição dos reis permitia que as identidades étnicas aflorassem, partilhando assim o poder entre os diversos segmentos que compunham a irmandade.

Com relação as identidades étnicas podemos afirmar que as mesmas abrigaram, ao longo da história vilaboense, em especial, entre os anos de 1881 e 1930, indícios de uma identidade étnica relativa à população escravizada, assim como um espaço de disputas pelo controle da produção de sentidos religiosos para aquela população que via na devoção rosarina um meio de camuflar suas verdadeiras práticas religiosas (CARVALHO, 2008 *apud* SIMONI, 2017). E esse foi um dos motivos pelos quais a irmandade foi silenciada em Goiás. A festa em homenagem aos santos negros na capitania era conhecida na época como festa da rainha muito famosa na região, foi registrada como marco de infância para muitos escritores vilaboenses a exemplo de Curado, que em suas memórias afirmava que nos primórdios da festa dos negros, a corte tinha passagem solene e adquiria mais pompa e circunstância quando os donos de escravizados cediam joias, adereços e ricos trajes para a festa. A irmandade do Rosário em Goiás também elegia reis e rainhas a cada ano, assim como no Rio de Janeiro Minas Gerais e outros lugares do período. Há registro, em um mesmo ano, de eleição de rei Congo e rainha Angola Soares (2000) afirmam que diversas festas, cortejos, impérios e danças remontam a uma “continuidade descontinuada” das expressões nascidas das associatividades africanas e descendentes no contexto brasileiro, dentre elas, as congadas. Assim transcreveremos a seguir parte do relato de Curado sobre a festa do Rosário dos homens pretos;

Quem hoje se lembra da Entrada da Rainha, festa profana e religiosa que abalava a cidade inteira de Goiás [...] Com antecedência de semanas, naqueles bons tempos, se preparava a entrada da rainha. Assanhavam-se todos os escravos e os seus senhores, com prazer, anuíam a seus desejos [...] As mucamas preparavam muito tempo antes a entrada da rainha. E era de ver os roupões [...] o montar a cavalo, os adereços, as luvas e os complicados penteados das mucamas [...] Os melhores cavalos e bestas de sela eram exibidos então, Arreios com incrustações em prata faiscavam à luz do sol, os cavaleiros traziam esporas de prata, botas reluzentes, chapéus de abas largas. E o imponente cortejo se formava no Areião. Eram duzentos ou trezentos cavaleiros, cada qual com sua dama (mucama) ao lado, que desfilavam pomposamente pelas ruas de Vila Boa, com foguetaria à frente do préstito e a respectiva Banda de Música. Era certo haver algumas quedas que divertiam o populacho (CURADO, 1989, p. 129).

O autor segue descrevendo que seguido da Rainha e dos cavaleiros um cortejo se dirigia à Igreja do Rosário, onde eram recebidos pela autoridade eclesiástica, que vinha à porta, o rei e a rainha, eram conduzidos à poltronas preparadas para eles. Durante a entronização do casal real, o autor ainda acrescenta que a congada dava uma embaixada à porta da Igreja. Após essa descrição dos festejos ligados a irmandades do Rosário e São Benedito em Goiás, o autor afirma que a entrada da Rainha e outras tantas tradições ligadas à antiga festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos homens pretos desapareceram sem deixar vestígios (CURADO, 1989). Existem poucas fontes escritas sobre a irmandade negra em Goiás e parte delas se encontra nas mãos de pessoas comuns da cidade, o que dificulta o acesso, como o caso de parte do compromisso de criação da irmandade transcrita abaixo:

Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rozário erecta na Villa Boa de Goyazes vai numerado, e por mim rubricado na conformidade das Reais Ordens e tem as folhas que constam do seu encerramento. Rio de Janeiro 14 de novembro de 1811. Nesta Irmandade não haverá número certo de Irmãos e Irmãs, por que na mesma se aceitarão para mais prompto serviço, honra e louvor de Nossa Senhora do Rozário, todas as pessoas pretas, e de qualquer condição e qualidade, que nella se quiserem assentar por Irmoans, tanto de hum sexo como de outro assim cazados, como solteiros todas as vezes que tiverem doze annos de idade, e dahi para sima para o que o vos crie das Irmandades junto com o Thezoureiro e Procurador farão os assentos no Livro



delles recebendo primeiro a esmola de duas oitavas de entrada, declarando-lhe que cada hum apresentarão na primeira meza para se fazer carga no Livro de entrada e sahida do cofre. E da mesma forma o praticarão com as pessoas que quizerem se remidas, pagando dezaseis oitavas por huma só vez, sendo preto o que se remir não ficará izento dos cargos para que foi eleito (ALMEIDA, 2001, p. 2).

Há registros que apontam para existência da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Goiás até o final de 1883, coexistindo até a destruição da antiga capela construída por africanos para abrigar a irmandade por ordem dos dominicanos. No mesmo espaço foi edificada uma igreja estilo neogótica e sua construção, a partir de 1932, representou o silêncio de memórias, identidades, cultos, festas e lembranças da Irmandade negra:

Quando os primeiros missionários chegaram a Goiás, em 1883, a Irmandade dos Negros ainda existia, mas em grande decadência. Havia muito que as minas da Califórnia, da Austrália, do sul da África, exploradas com todos os aperfeiçoamentos que a ciência, excitada pela cobiça, pudera inventar, causaram o abandono das do Brasil, sobretudo as de Goiás. Só se falava delas como de um fato histórico muito afastado no tempo. Por outro lado, em virtude de certas disposições legislativas proclamando a extinção progressiva da escravidão, o número de escravos havia diminuído muito. Efectivamente, a igreja do Rosário estava quase vacante e, esperando que o seu sucessor, D. Duarte Silva, suprimisse pura e simplesmente a Irmandade dos Negros, D. Gonsalves entendeu entregar sua igreja aos missionários. Tomaram este posse dela, ao mesmo tempo em que de uma casa que lhe ficava contígua (GALLAIS, 1942, p. 71 *apud* SIMONI, 2017, p. 89).

Em suma compreende-se que, no caso de Goiás, a erosão das irmandades, na sua forma associativa, teve sua culminância com a chegada dos novos missionários e com a destruição da capela. Depois disso as festas se separam do orago da irmandade para vincular-se à dinâmica das festas litúrgicas da “nova Igreja”, celebradas nas localidades. Assim, percebemos que essas festas, cortejos e folias se vinculam às devoções religiosas e não exatamente às formas associativas locais. Essa é outra peculiaridade de algumas congadas de Goiás, a exemplo do Congo ainda dançado na antiga capital, que se apresenta, segundo Brandão (1985), de acordo com os convites eclesiais.

As congadas são identificadas por pesquisadores como Brandão (1977) e Deus e Silva (2003) Messias (2010) e Simoni (2017), entre outros que pesquisam essa manifestação como uma festa de reis negros, vinculadas aos africanos e afrodescendentes, configurando uma manifestação de resistência étnico-cultural, tendo como base o afro catolicismo.

Observamos que as especificidades étnicas dos festejos são mantidas no registro oral das tradições negras na região e estas podem ser observadas atualmente nas festividades populares de Nossa Senhora do Rosário, não apenas no estado de Goiás, mas também no Tocantins que pertencia a essa antiga capitania atual estado de Goiás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas conclusões de teses dissertações artigos, espera-se que os autores apresentem os resultados mesmo que parciais de suas pesquisas diálogos e indagações iniciais; é nesse momento que convergem todas as discussões desenvolvidas durante as pesquisas. Assim neste artigo finalizamos apresentado o que ficou de nosso objeto de pesquisa, a análise das memórias e a tradição dos Congadeiros da Vila João Vaz em Goiânia e em monte do Carmo, Tocantins. Na busca pela compreensão destes festejos foi necessário compreender o processo diaspórico de suas raízes culturais, que agregam traços étnicos que remetem ao continente africano, mais especificamente, às regiões de Angola e Congo.

Durante o desenvolvimento de nossas pesquisas, evidenciamos que o processo de valorização da tradição afro religiosa vivenciada pelos grupos estudados apoiavam-se substancialmente em teorias antropológicas avançadas capazes de impor na academia o ideal de paridade das culturas que muito contribuiu para o nascimento e formação de diversos cultos no Brasil alguns nascidos dentro das igrejas católicas como as Congadas e folias estudadas nestas pesquisas. Assim, afirmamos com estas pesquisas e declaramos que todas as culturas têm seu valor, têm sua importância, têm seu merecimento.



A pesquisa evidenciou também que a pouca visibilidade que as religiões de matriz africana têm no meio acadêmico advém da visão etnocentrista dos primeiros estudiosos sobre o tema, que *a priori* as descreviam como provenientes de vários grupos culturais e por isso pouco compreensíveis como manifestação cultural; está postura por vezes contribuiu para que permanecessem abscondidas as riquezas dessas categorias, enquanto manifestações religiosas afro culturais; essas posturas são compreendidas nesta pesquisa como forma de deslegitimar as manifestações afro religiosas. Através das narrativas coletadas ficou evidente que os festejos de congada e o surgimento das irmandades negras em Goiás e Tocantins resguardam elementos do período colonial em que Goiás era capitania de São Paulo, e nos rituais religiosos que acontecem durante a celebração dos santos Pretos foi possível perceber as semelhanças nos rituais a exemplo das danças, cânticos, divisão dos grupos que formam as Congadas, paramentos (roupas, chapéus, bastões, instrumentos). Porém o principal elemento aglutinador foi que esses festejos Migram no calendário liturgia católico, sendo a congada dançada em homenagem a outros santos (por vezes não negros), e que essa memória religiosa vem de uma tradição familiar; e essa memória religiosa é vista e ouvida todos os anos durante os festejos de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, perpetuando assim um legado familiar que com o tempo se tornou um legado coletivo; e é narrado e vivenciado pelos congadeiros e devotos todos os anos. Percebemos durante a pesquisa que a maioria dos devotos dos santos negros são também devotos de outros santos populares a exemplo de São João e Divino Espírito Santo, e para os festejos desses santos levam as cantigas e danças da congada adaptando-as ao santo da vez, essa postura garantiu a permanência das Congadas e das festas aos santos negros mesmo quando as irmandades negras foram caçadas pela igreja católica por ter sido considerada um reduto de resistência afro cultural, como aconteceu na cidade de Goiás, onde a irmandades foi destituída pelos padres dominicanos.

Por fim, através das narrativas, adentramos no contexto simbólico da ritualística que compõe a Congada, um ritual composto por várias memórias que apontaram para uma única motivação, qual seja a importância dessa manifestação para os indivíduos dos grupos que a elegeram como seu maior patrimônio cultural, pois representa sua identidade afrodescendente da qual todos falam com orgulho.

Nas narrativas transcritas si evidenciam que a festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito demonstram que o tempo místico no qual ela acontece é o legitimador dessa manifestação e que a memória dos fundadores personificados na presença de seus descendentes e em seu bastão são para os grupos demarcadores sociais e culturais, cristalizando no tempo através da tradição ritualística a fé e o legado dos seus antepassados.

Notas

- 1 O santo da invocação que dá o nome a uma capela ou templo.
- 2 A conservação do culto consistia na construção e manutenção de Igrejas e de seu patrimônio artístico e religioso e a sustentação material do culto (MAGALHÃES, 2004, p. 11).
- 3 O acompanhamento de féretro dos que não fossem irmãos era outra prática comum para a arrecadação de recursos financeiros. As irmandades prestavam serviços funerários com maior ou menor pompa, tendo para isso uma tabela específica dos serviços prestados (BORGES, 2005, p. 94).
- 4 Em recentes pesquisas sobre os Iorubás em Goiás realizada pelo Dra. Rosinalda Simoni, foram encontrados dados que comprovam que os grupos Mina, Nagô, Negro da Costa, Ketú, são reconhecidos também como Iorubás, por serem falantes também desta língua (SIMONI, 2019).
- 5 Também classificado como, congolês, angola, bantu.

Referências

ALMEIDA, A. A. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Cidade de Goiás do século XIX. TCC (Pós-Graduação lato sensu em História do Brasil) – Universidade Estadual de Goiás, Cidade de Goiás, 2001.

ALMEIDA, Renato. Congadas. In: *Relação dos discos gravados no estado de Goiás*. Centro de Pesquisas



- Folclóricas. Escola Nacional de Música, Univ. do Brasil, Rio de Janeiro, 1950.
- AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Negras Minas Gerais: uma história da diáspora africana no Brasil colonial*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 1999.
- BASTIDE, Roger. *As Américas Negras: as civilizações africanas no novo mundo*. Tradução de Edmundo de Oliveira e Oliveira. São Paulo: DIFEL; Edusp, 1974.
- BORGES, Célia Maia. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- BOSCHI, Caio César. *Os leigos no poder. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: MICELI, S. (org.). *A economia das trocas simbólicas*. (Coleção Estudos). São Paulo: Perspectiva, 1986. p. 27-78.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução de Sergio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Peões, Pretos e Congos: relações de trabalho e identidade étnica em Goiás*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, Brasil, 1977.
- BRANDÃO, Ascânio. *São Benedito, o santo preto*. Aparecida: Santuário, 1986.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do Folclore brasileiro*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1980.
- CARVALHO, Euzebio Fernandes. *O rosário de Aninha* [manuscrito]: os sentidos da devoção rosarina na escritura de Anna Joaquina Marques (Cidade de Goiás, 1881-1930).
- CURADO, Sebastião Fleuri. *Memórias históricas*. 2. ed. Goiás 1989.
- DEUS E SILVA. História das festas e religiosidade em Goiás. *Alternativa, Coleção Histórias de Goiás*, v. 4, 2003.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca a Histórica ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1940.
- HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- LOUSADA, Maria Alexandre. Espaço urbano, sociabilidades e confrarias. Lisboa nos finais do Antigo Regime. In: *Piedade Popular: sociabilidades – representações, espiritualidades*. Actas do Colóquio Internacional. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa: Terramar, 1999.
- LOPES, Nei. *Bantos, malés e identidade negra*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora forense universitária, 1988.
- MAGALHÃES, Marcos. *As Gerais dos congadeiros*. Itapeverica, MG: Associação do Reinado do Rosário / Minc / Petrobras, 2004.
- MESSIAS, Noeci Carvalho. *Religiosidade e devoção: as festas do divino e do rosário em Monte do Carmo e em Natividade, TO*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil, 2010.
- MORAES, Cristina de Cássia P. *Do corpo místico de Cristo: irmandades e confrarias na capitania de Goiás 1736-1808*. Tese (Doutorado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2006.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia da Letras, 1991.
- SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão. A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no distrito diamantino no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1978.



SIMONI, Rosinalda C. da Silva. Virgem do Rosário e São Benedito, Irmãos e Irmandades Negras na Capitania dos Goyases. *Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião*, v. 17, 2019.

SIMONI, Rosinalda C. da Silva. *A congada da Vila João Vaz em Goiânia (GO): memória e tradição*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Programa de Pós-graduação *Strictu Sensu*, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil, 2017.

SOUZA, Marina de Mello. *Reis negros no Brasil escravagista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Cultura, religião e escravidão na Bahia (1549 - 1888). *Revista Espaço Cultural*, Salvador, n. 2, p. 08-18, jun. 1996.

